



Opinião Econômica

Solange Srour

Economista-chefe do
Credit Suisse Brasil



O real valorizou, mas o risco fiscal persiste

Centrado em si, Congresso não se preocupa com as finanças do país;
Fundo social do pré-sal poderia ser usado para abater dívida

Desde o fim do ano passado, quando o dólar chegou a R\$ 6,30, até bater abaixo de R\$ 5,30, o real se valorizou mais de 15%. Esse movimento, no entanto, não foi exclusivo do Brasil: diversas moedas emergentes também se fortaleceram diante da fraqueza global do dólar, reflexo da sinalização do Federal Reserve de cortes graduais de juros em resposta à desaceleração do mercado de trabalho americano.

Esse ambiente externo explica a valorização cambial, mas não deve ser confundido com uma melhora dos fundamentos domésticos. Pelo contrário, a política fiscal brasileira se deteriorou ainda mais neste período.

A trajetória da dívida pública segue pressionada por medi-

das que fragilizam o arcabouço fiscal e reduzem sua credibilidade. A aprovação, em regime de urgência, de dois projetos de lei é o sinal mais evidente de que não há percepção, no Congresso, de nossa vulnerabilidade.

O primeiro retira despesas de educação e saúde do limite de gastos, desde que financiadas pelo Fundo Social do Pré-sal, recurso que poderia ser usado para abater dívida. O segundo, apresentado pelo TCU, propõe a criação de verba indenizatória que pode turbinar salários de servidores da corte, indo na contramão do debate da reforma administrativa.

Ao longo dos últimos meses, temos assistido a uma proliferação de anúncios de créditos

subsidiados -para reformas habitacionais, compra de equipamentos com conteúdo nacional, entre outros- utilizando recursos orçamentário que estão fora do Orçamento. Desde que o Tesouro foi proibido de emprestar ao BNDES, uma nova estratégia de política para-fiscal foi criativamente construída.

Já o pacote de mitigação do “tarifaço” introduziu custos ocultos via créditos extraordinários e renúncias fora da meta primária, enquanto a PEC 66/2023 flexibilizou precatórios e refinanciou débitos previdenciários dos entes subnacionais, empurrando pressões para o futuro.

A sucessão de exceções ao teto de gastos e a aprovação de medidas que ampliam despesas

obrigatórias corroem ainda mais a credibilidade do regime fiscal. Decisões judiciais, como a ampliação do acesso ao BPC e ao salário-maternidade, aumentam a rigidez orçamentária.

No âmbito do Projeto de Lei Orçamentária Anual apresentado para 2026, repetimos o artifício de buscar receitas extraordinárias, como a antecipação de receitas do petróleo e o programa especial de transação tributária. Despesas de instituições como Ipea, IBGE e órgãos ligados à AGU e ao TCU foram retiradas do teto. Nesse ambiente, não será surpresa se o projeto de isenção do IR avançar sem a devida compensação integral.

O desafio é que, mesmo que o governo cumpra as metas

atuais em 2027, elas não só se mostram insuficientes para estabilizar a dívida como carregam inúmeras exceções.

A taxa de câmbio pode ter se valorizado, mas a credibilidade fiscal segue em processo de desvalorização, refletida nas taxas de juros reais de longo prazo.

Em novembro de 2019, logo após a reforma da Previdência, a NTN-B com prazo médio de 10 era negociada a IPCA + 3,1% ao ano. Hoje, gira em torno de IPCA + 7,5%. O contraste mostra como reformas estruturais reduziram prêmios de risco no passado, enquanto a atual sucessão de medidas que enfraquecem o arcabouço devolveu o país a patamares incompatíveis com uma economia emergente estável.

Sem um plano crível de consolidação fiscal, o Brasil continuará desperdiçando a oportunidade de transformar um ambiente externo favorável em ganhos permanentes de credibilidade e crescimento.

escala

App Banrisul

Moderno mesmo é facilitar a vida.

Baixa o app e abre tua conta.

John Deere demite 150 funcionários na unidade de Horizontina, no noroeste do Estado

/INDÚSTRIA

Miguel Campana

miguel.campana@jcrs.com.br

A gigante multinacional de máquinas agrícolas John Deere anunciou, na última quarta-feira, a demissão de 150 funcionários de sua fábrica no município de Horizontina, no noroeste do Estado. Em nota, a empresa informou que a medida foi tomada “para adaptar o volume da produção à demanda atual do mercado”.

O número de funcionários desligados nesta semana é menor do que inicialmente previsto pela John Deere, que, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina e Região, Jorge Ramos, havia manifestado a intenção de dispensar 200 trabalhadores. De acordo com ele, a mudança foi resultado de uma negociação entre a empresa e o Sindicato.

“Tentamos de todas as ma-

neiras ver alternativas para evitar as demissões. Além da diminuição no número de desligamentos, conseguimos um abono financeiro para o pessoal que foi demitido poder se manter até voltar ao mercado de trabalho”, explica.

No início do ano, o cenário era outro. Com a contratação de 200 funcionários, a expectativa da John Deere era aumentar a produção de colheitadeiras, segundo Ramos. No entanto, neste momento, ele acredita que o mercado de colheitadeiras se encontra estagnado.

“A empresa priorizou fabricar colheitadeiras grandes, as maiores que tem no mercado. Só que os grandes produtores estão esperando para comprar, até porque existe uma concorrência muito grande. É um problema local da John Deere”, conta.

Segundo ele, o contexto de estagnação não se estende para as outras empresas metalúrgicas

da região de Horizontina, que poderiam promover a reintegração dos trabalhadores demitidos pela John Deere. “O Sindicato tem sido procurado por outros municípios e empresas da região para tentar marcar entrevista e contratar os ex-funcionários da John Deere. Acredito que não será difícil para o pessoal voltar ao mercado de trabalho”, explica.

Ainda na avaliação de Ramos, as demissões na unidade de Horizontina não teriam sido motivadas pelo tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no início de agosto. “Não acredito que esse cenário tenha a ver com as tarifas, porque as colheitadeiras não são vendidas para os EUA. Claro que utilizamos componentes que vêm de lá, mas o Brasil não está aplicando sobretaxa”, conta.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina e Região, é comum que demissões ocorram na John

Deere a esta altura do ano, devido ao calendário fiscal da empresa. “O ano fiscal da John Deere começa no primeiro dia de novembro e acaba no final de outubro. Os meses que antecedem o fim do calendário servem para que a empresa programe toda a produção do ano seguinte, fazendo as adequações necessárias na equipe de funcionários”, explica.

Em setembro do ano passa-

do, por exemplo, outros 150 funcionários foram desligados. Meses antes, a John Deere havia suspenso temporariamente os contratos de trabalho, tendo ficado definido que os funcionários passariam por uma qualificação profissional enquanto a empresa aguardava melhora nas vendas, que estagnaram. No total de 2022, a John Deere desligou cerca de 450 trabalhadores.



JOHN DEERE/DIVULGAÇÃO/JC

Em nota, empresa diz que a medida visa ajustar produção à demanda